



ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA



AGROECOLOGIA NAS ELEIÇÕES

PROPOSTAS DE POLÍTICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR E À AGROECOLOGIA E DE PROMOÇÃO DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM NOSSO MUNICÍPIO

Outubro de 2020

INTRODUÇÃO

Este documento apresenta propostas de políticas públicas de apoio à agricultura familiar, à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional, e tem como objetivo promover o debate público durante o processo eleitoral e subsidiar a ação dos poderes executivo e legislativo nos municípios. Foi elaborado por organizações, coletivos e movimentos sociais e destina-se a candidatas/os nas eleições municipais de 2020. A referência utilizada é um levantamento realizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em todos os estados do Brasil e que identificou 700 iniciativas de políticas e programas municipais que contribuem para o desenvolvimento da agroecologia e para o apoio à agricultura familiar. As iniciativas identificadas evidenciam uma grande diversidade de possibilidades para a intervenção pública a partir do poder executivo municipal. Mostram também que muito pode ser feito pelas Câmaras de Vereadores/as. Boas ideias já colocadas em prática em todo o país não faltam. Em Minas Gerais, o levantamento dessas políticas e programas municipais aconteceu sob a orientação da Articulação Mineira de Agroecologia (AMA). Desde sua criação, em 2003, a AMA tem sido um instrumento importante de intercâmbio de experiências e de proposição de políticas públicas para a agricultura familiar, bem como um importante espaço de cooperação entre suas organizações componentes.

CONTEXTO

Minas Gerais é descrito como o estado da diversidade - uma marcante diversidade ecológica, rastros culturais contrastivos e uma economia notadamente diversificada. Da mesma forma, as desigualdades econômicas e sociais entre as regiões mineiras também são profundas. É nessa paisagem múltipla e singular que estão presentes três grandes biomas: a Mata Atlântica, o Cerrado e a Caatinga, e onde se encontra uma agricultura diversa, movida por diferentes matrizes de racionalidade, conformando uma fisionomia social rica e complexa.

Neste contexto diverso, surge a Articulação Mineira de Agroecologia que, em seus mais de 17 anos de existência, se pauta pelo fortalecimento do movimento agroecológico e aumento da capacidade de articulação com os movimentos de agricultoras/es, de luta pela terra, organização sindical e na busca por políticas públicas que fortaleçam um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário. A atuação articulada das diversas organizações que compõem a AMA tem influenciado, decisivamente, na constituição e execução das políticas públicas, seja diretamente através do diálogo com Ministérios do Governo Federal, Secretarias Estaduais, além de espaços locais e regionais, e dos conselhos onde possui representação como o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRAF) e no Conselho Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Há uma série de Políticas e Programas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia em discussão e implementação. Esses Programas e Políticas Públicas preconizam a participação das organizações representativas das/os agricultoras/es e de apoio/assessoria em todas as etapas de implementação, abrindo oportunidades de consolidação e ampliação das experiências agroecológicas.

É muito preocupante a desestruturação, nos últimos anos, das políticas públicas federais direcionadas para a agricultura familiar, a segurança alimentar e nutricional e para o Sistema Único de Saúde (SUS). Devemos nos mobilizar para reverter a tendência de cortes nos orçamentos dessas políticas e, para tal, a gestão pública municipal é fundamental.

A agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e povos indígenas podem dar as respostas mais rápidas ao desafio de abastecer o povo com alimentação saudável a preços justos, pois são quem mais se dedicam à produção diversificada de alimentos típicos da cultura alimentar regional. Isso requer especial atenção das/os gestoras/es públicas/os às áreas rurais que, infelizmente, não recebem a devida atenção dos governos. Acreditamos também no potencial da agricultura urbana para promover a segurança alimentar e nutricional e a saúde, especialmente das famílias mais empobrecidas. É igualmente evidente que devem ser implementadas com urgência políticas que apoiem a conservação das fontes de água, da biodiversidade e das matas e florestas em nosso município. O contexto de mudanças climáticas e o aumento do desmatamento e queimadas agravam, e muito, a situação de escassez de água, de alimentos e os problemas de saúde relacionados à qualidade do ar. Os governos precisam agir com urgência, inclusive o poder público municipal, criando, quando cabível, marcos legais que assegurem a proteção e recuperação das florestas, biodiversidade e fontes de água.



UMA AGENDA PROPOSITIVA CONSTRUÍDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A pesquisa realizada pela ANA mostra a importância dos espaços de democracia participativa nos municípios para que políticas efetivas possam ser formuladas e implementadas. É preciso criar e fortalecer espaços de diálogo entre o governo municipal e a sociedade civil, como os conselhos de segurança alimentar e nutricional, alimentação escolar, saúde, desenvolvimento rural, direito das mulheres, entre outros.

Considerando a necessidade urgente de políticas públicas municipais efetivas e inspirados na pesquisa realizada pela ANA, apresentamos a seguir um conjunto de propostas, organizadas por campos temáticos. Nossa reivindicação é que candidatas/os se comprometam com esta agenda propositiva, abordem publicamente esses temas no processo eleitoral e, caso eleitas/os, dediquem-se a trabalhar para que as propostas se efetivem:

COMERCIALIZAÇÃO, CIRCUITOS CURTOS E COMPRAS INSTITUCIONAIS

1. Efetivação da compra direta da agricultura familiar de nosso município ou de municípios vizinhos para a alimentação escolar, cumprindo o previsto na lei que rege o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Lei nº 11.947/2009, que exige destinar no mínimo 30% dos recursos repassados pelo governo federal para compra da agricultura familiar. A prefeitura deve apresentar metas anuais de ampliação deste percentual em diálogo com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município. Desenvolvimento de ações efetivas de educação alimentar e nutricional junto à comunidade escolar.

2. Adesão do município ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sob responsabilidade do governo federal e dos estados e destinação de recursos do orçamento municipal para a criação do PAA municipal. Priorizar e/ou fortalecer a compra de alimentos de grupos específicos de mulheres e de comunidades tradicionais.

3. Criação de restaurantes populares no município para atendimento preferencial da população de baixa renda e destinação de no mínimo 30% dos recursos destinados à aquisição de alimentos para compra direta da agricultura familiar.

4. Criação de uma política municipal de apoio a feiras da agricultura familiar e da roça, feiras agroecológicas, mercados de venda direta, pontos de venda e demais equipamentos públicos de abastecimento alimentar e iniciativas de economia solidária e feminista. A prefeitura deve apoiar o transporte da produção das comunidades rurais até os locais de venda, construir estruturas adequadas para as feiras e mercados, assumir os custos logísticos (energia elétrica, limpeza etc.) e apoiar as iniciativas de divulgação desses equipamentos (carros de som, outdoors, programas de rádio etc.).

5. Estabelecimento de uma política de vale-feira para servidores/as públicos/as municipais, a serem utilizados nas feiras e mercados da agricultura familiar e nos demais empreendimentos da economia solidária e/ou feminista. Vales também podem ser destinados à população atendida pelas políticas de assistência social.

6. Criação de política municipal de incentivos fiscais a restaurantes, agroindústrias e varejo de alimentos que comercializem, ou que utilizem no preparo de alimentos, produtos oriundos da agricultura familiar, das comunidades extrativistas e de base agroecológica do próprio município ou de municípios vizinhos.

INCLUSÃO PRODUTIVA COM SEGURANÇA SANITÁRIA

7. Desenvolvimento de ações para inclusão dos empreendimentos familiares, comunitários e de mulheres do município no Programa de Inclusão Produtiva e Segurança Sanitária (PRAISSAN), do sistema de vigilância sanitária, que tem como base a RDC 49/ANVISA.

8. Efetivação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para viabilizar a comercialização de produtos de origem animal produzidos no município e participação em consórcios de municípios atuantes na efetivação dos serviços de inspeção sanitária.

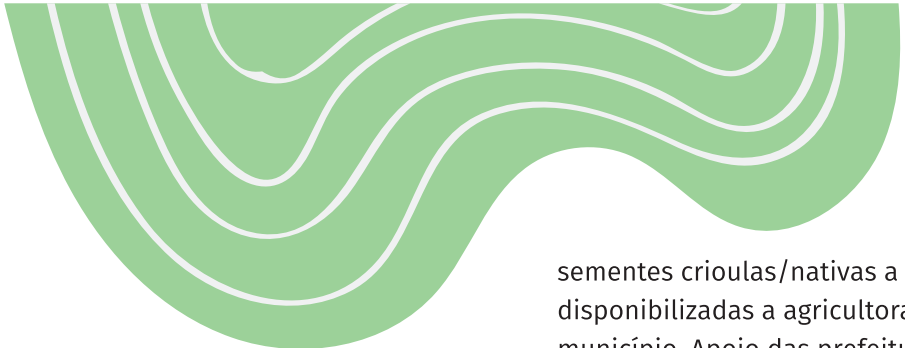
INFRAESTRUTURAS NAS ÁREAS RURAIS

9. Desenvolvimento de ações coordenadas e efetivas de melhoria das infraestruturas e serviços públicos nas áreas rurais (estradas, eletrificação, telefonia, internet, coleta de resíduos, transporte público, abastecimento de água e tratamento de efluentes), priorizando tecnologias sociais.

REFORMA AGRÁRIA E DIREITOS TERRITORIAIS DE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

10. Implantação de assentamentos municipais de famílias agricultoras sem terra do município e de municípios vizinhos e apoio para o desenvolvimento de práticas agroecológicas nesses assentamentos.





11. Instituição de leis e políticas municipais de reconhecimento e valorização dos territórios das comunidades tradicionais e de apoio às práticas e conhecimentos ancestrais e das mulheres de gestão da biodiversidade estimulando práticas agroecológicas nesses territórios.

12. Criação de política municipal de reconhecimento e valorização dos territórios indígenas e das comunidades quilombolas do município e de apoio às suas práticas e conhecimentos ancestrais de gestão da biodiversidade estimulando práticas agroecológicas nesses territórios.

13. Efetivação de política municipal de apoio aos povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro do município.

SEMENTES, BIODIVERSIDADE, ÁGUAS E MEIO AMBIENTE

14. Apoio efetivo do poder público municipal às feiras e festas de sementes crioulas e mudas. Criação de política municipal de sementes crioulas e mudas, com editais públicos que viabilizem com recursos do orçamento municipal a contratação de organizações da sociedade civil para assessorar agricultoras/es no trabalho de resgate, conservação, multiplicação e melhoramento de sementes crioulas e mudas, bem como na organização de feiras e festas municipais e regionais de sementes.

15. Ampliação de viveiros de mudas municipais, que devem dar mais atenção para espécies de uso alimentar, medicinal e forrageiro e também funcionar como bancos de

sementes crioulas/nativas a serem disponibilizadas a agricultoras/es do município. Apoio das prefeituras aos viveiros comunitários e desenvolvimento de ações de educação ambiental.

16. Publicação de editais para contratação de organizações da sociedade civil para desenvolver projetos de fortalecimento de redes de agroecologia e produção orgânica no município e na região.

17. Efetivação de política municipal de recomposição de nascentes e matas ciliares com sistemas agroflorestais.

18. Investimento nas unidades de conservação sob gestão municipal, e estabelecimento de parcerias com os governos estadual e federal para gestão das unidades de conservação estaduais e federais localizadas no território do município, com prioridade para ações de educação ambiental com crianças e jovens das escolas do município.

19. Criação de política municipal de apoio ao turismo de base comunitária.

20. Criação e efetivação de política municipal de apoio à construção de infraestruturas para captação e armazenamento de água da chuva (cisternas de placas, barreiros, barraginhas, tanques de pedra, barragens subterrâneas, entre outras tecnologias sociais).

CULTURA E COMUNICAÇÃO

21. Apoio efetivo a artistas do município, através da prioridade na contratação para apresentações em eventos patrocinados pela prefeitura municipal, de editais de apoio a grupos culturais locais, da criação de espaços de aprendizagem que contem com o trabalho remunerado de artistas locais

e da divulgação dos trabalhos das/os artistas do município. Valorizar e potencializar o trabalho na cultura das mulheres, das juventudes e das populações negras.

- 22.** Criação de política municipal de fortalecimento de iniciativas de comunicação popular e comunitária, incluindo rádios comunitárias, portais etc.

RESÍDUOS SÓLIDOS E COMPOSTAGEM

- 23.** Apoio efetivo da gestão municipal a ações comunitárias de compostagem de resíduos orgânicos.
- 24.** Apoio efetivo da gestão municipal a cooperativas de catadoras/es de materiais recicláveis, associando apoio material e logístico à capacitação que inclua a agroecologia e segurança alimentar e nutricional.

AGRICULTURA URBANA

- 25.** Criação e efetivação de política municipal de desenvolvimento da agricultura urbana que contemple, entre outras, as seguintes ações: editais para contratação de organizações para prestar assessoria a agricultoras/es urbanas/os; destinação de áreas públicas e privadas para produção diversificada de alimentos e plantas medicinais; apoio a grupos e coletivos de mulheres; fomento para a melhoria das infraestruturas de quintais e hortas comunitárias (cercas, ferramentas, equipamentos de irrigação, cisternas, sementes etc.); hortas nas escolas.

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO SUS

- 26.** Efetivação, no município, da Política de Práticas Integrativas e Complementares no SUS com a participação de terapeutas populares e o incentivo ao uso das

plantas medicinais produzidas nas unidades de saúde e pela agricultura familiar, comunidades extrativistas e agricultura urbana. A política deve prever ações de divulgação, em espaços públicos, dessas práticas.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

- 27.** Criação de uma política municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com um arranjo institucional que contemple entidades estatais, cooperativas de ATER e organizações da sociedade civil. Devem ser previstos recursos do orçamento municipal e priorizadas ações voltadas a jovens e mulheres. Criação de uma política municipal de fomento a práticas agroecológicas, associada à ATER, com recursos não reembolsáveis.

APOIO À PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

- 28.** Criação de políticas efetivas de enfrentamento da violência contra as mulheres, com a criação de canais de denúncia e fortalecimento de delegacias especializadas no atendimento à mulher. Inserção da agroecologia e da segurança alimentar e nutricional entre os temas abordados em ações do poder público municipal com mulheres vítimas de violência.





- 29.** Apoio à organização produtiva das mulheres que potencialize o trabalho realizado, com assistência técnica continuada, melhoria de infraestrutura e suporte para a comercialização da produção.
- 30.** Incentivo e estímulo a espaços de auto-organização das mulheres, realizando debates sobre as desigualdades de gênero e a construção de um município com mulheres autônomas e sem violência.
- 31.** Criação de estruturas coletivas que possibilitem a realização coletiva dos trabalhos de reprodução social, como restaurantes e lavanderias coletivas, além de creches comunitárias, compartilhando a responsabilidade por esses trabalhos e mostrando que os mesmos não são responsabilidade apenas das mulheres.

EDUCAÇÃO E JUVENTUDES

- 32.** Criação de um programa de formação e intercâmbios em agroecologia para jovens das áreas rurais e urbanas, incluindo ações que promovam interações entre jovens e pessoas idosas.
- 33.** Apoio efetivo às escolas do campo e à educação contextualizada, com a contratação de professoras/es, efetivação de currículos contextualizados e melhorias das infraestruturas. Inserção de conteúdos relacionados à agroecologia, à segurança alimentar e nutricional e à educação ambiental nas ações pedagógicas das escolas do campo e da cidade.

CONTROLE E RESTRIÇÃO DE ATIVIDADES QUE GERAM IMPACTOS NEGATIVOS

- 34.** Efetivação de leis que restrinjam atividades de mineração e de monocultivos que impactem a agricultura familiar, as comunidades tradicionais, os mananciais de água e as florestas.
- 35.** Efetivação de lei que estabeleça zonas livres de agrotóxicos no município e de proibição da pulverização aérea de agrotóxicos no território do município. Desenvolvimento de ações efetivas para fiscalizar irregularidades relacionadas ao uso de agrotóxicos, com apoio do Ministério Público.
- 36.** Criação de lei municipal de restrição do uso de transgênicos nos programas públicos de abastecimento alimentar (alimentação escolar, PAA, restaurantes populares etc.).

Por fim, para a efetivação das propostas, é preciso fortalecer a democracia participativa em nosso município, com especial atenção à participação de mulheres, jovens e das populações tradicionais e negras. Assim, propomos que as câmaras de vereadores realizem audiências públicas para discussão das proposições contidas neste documento, como também a criação de comissões e grupos de trabalho junto às equipes de transição dos governos eleitos para discutir como aprimorar a participação da sociedade na discussão e efetivação das medidas aqui propostas.

DEMOCRACIA





ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA



AGROECOLOGIA NAS ELEIÇÕES

POR POLÍTICAS DE FUTURO

Eu, _____ ,
candidata/o ao cargo público de _____ no
Município de _____ Estado de
_____ comprometo-me a, caso eleita/o, trabalhar em
diálogo com a sociedade civil para tornar efetivas as proposições apresentadas
no documento “*Agroecologia nas Eleições: propostas de políticas de apoio à
agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da soberania e segurança
alimentar e nutricional em nosso município*”.

Assim sendo, assino a presente Carta-Compromisso.

Nome do(a) candidato(a)

Partido

Assinatura

Local e data

DEMOCRACIA

